

Declaração de voto
Transformação da Universidade do Minho em Fundação Pública de Direito Privado

Os representantes dos estudantes no Conselho Geral, subscritores desta declaração de voto, aprovam o requerimento ao Governo de transformação da Universidade do Minho em fundação pública de direito privado.

Entendemos que o enquadramento fundacional permitirá agilizar a gestão da Universidade do Minho, dotando-a de instrumentos mais flexíveis que a permitam cumprir a sua missão e objetivos, bem como corresponder às legítimas aspirações de estudantes, docentes e trabalhadores não docentes.

Importa também afastar qualquer tipo de receio relativamente a qualquer tentativa de privatização da Universidade. A lei é clara e consagra a passagem de pertença da Universidade a outra entidade jurídica – a fundação – que, por sua vez, pertence ao Estado, mantendo-se ambas na esfera da Administração Pública.

Este é um receio sem qualquer razão de existir, depois de verificadas as experiências decorridas na Universidade do Porto, na Universidade de Aveiro e no ISCTE-IUL, que não trouxeram qualquer alteração no comprometimento do Estado, no que diz respeito ao financiamento dos estabelecimentos de ensino, quando comparado com as outras universidades públicas.

Fica salvaguardada a continuidade da relação de serviço público entre os estudantes e a Universidade no que diz respeito aos critérios de acesso e ingresso à instituição, processos de acreditação e garantia da qualidade, padrões de representação, fixação dos valores de propinas e condições de acesso à ação social direta e indireta.

A existência de um Conselho de Curadores, cujos elementos terão sempre que ser propostos pelo Conselho Geral, que por sua vez é eleito em



sufrágio direto pela comunidade académica, assegura uma descentralização de competências que contribui para uma maior autonomia através de uma ligação mais próxima e mais cúmplice.

Por fim, a possibilidade de reversibilidade desta decisão e de regresso da Universidade do Minho ao regime não fundacional representa uma garantia e uma salvaguarda para todos os envolvidos neste processo.

Em suma, entendemos que o Conselho Geral deve reafirmar a posição tomada em 2011, após um amplo debate na comunidade académica, não se deixando condicionar por agendas que não são a sua e com as quais não tem nada a ver.

Universidade do Minho, 7 de setembro de 2015

Os representantes dos estudantes no Conselho Geral,

Carlos Alberto Videira

Pedro Sanches

Bruno Alcaide